

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA

Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós Sousa.
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA/Brasil.
E-mail: elitapajos@hotmail.com¹

Eixo 6: Políticas curriculares, qualidade da educação e gestão pedagógica

Introdução do problema

O ensino médio no Brasil tem sido, historicamente, objeto de disputa no campo educacional. Do ponto de vista da divisão de classes tem sido marcado pelo debate em torno da sua identidade, ou seja, o embate entre a formação para o trabalho ou para a continuidade dos estudos em nível superior. Além dessas questões, esse nível enfrenta problemas tais como: o sentido da escola para os jovens, escassez de professores formados nas especialidades do currículo, a questão do financiamento, os baixos índices de desempenho expressos em avaliações, as deficiências estruturais dos prédios escolares e os embates em torno da necessária superação de um currículo que, historicamente, é constituído pela fragmentação e hierarquização entre as disciplinas.(Castro, 2017).

A educação integral direcionada ao Ensino Médio propõe uma oferta de oportunidades educativas que promovam condições para o desenvolvimento pleno das potencialidades dos jovens, alicerçada em uma formação emancipatória dos sujeitos. Neste sentido a pesquisa teve por objetivo analisar o processo de implantação do Programa de Fomento à Educação Integral como Política Pública de Ensino Médio Integral (EMI) na rede estadual do município de Santarém – Pará².

Neste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa, por possibilitar uma abordagem baseada no contato direto com o objeto de estudo, permitindo uma descrição dessa realidade para, posteriormente, analisá-la (Minayo, 2001). Utilizou-se a revisão

¹ Doutoranda do PGEDA-UFOPA. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8032-1709>; CV: <http://lattes.cnpq.br/7256646406736257>. Membro do grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR/UFOPA.

² Este trabalho é um recorte que integra uma pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE-UFOPA, orientado pelas professoras Dra. Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares e Dra. Maria José Pires Barros Cardozo.

bibliográfica e documental através de documentos oficiais do Ministério da Educação, da Secretaria de Estado de Educação do Pará e registros produzidos pela equipe gestora, técnico-pedagógica e dos docentes.

A pesquisa ocorreu em duas escolas da rede estadual do município de Santarém – PA e a escolha justifica-se por serem as únicas a participar do processo de implantação do Programa de Fomento à Educação Integral no Ensino Médio.

Desenvolvimento

A educação integral para o ensino médio foi pensada como política pública educacional a partir da Lei da Reforma 13.415/2017, com o Programa de Fomento à Implantação do Ensino Médio Integral (COLARES; GOMES, 2019), cuja implantação do programa se deu a partir do cenário da região e dos índices do Ideb do ensino médio da rede estadual no Pará que apresenta um declínio nos últimos dez anos da média projetada, a saber:

Gráfico 1: Evolução do Ideb no ensino médio no estado do Pará



Fonte: Dados do Ideb/Inep (2021)

O resultado do Ideb mostra uma estabilidade nas médias abaixo do projetado ao longo dos últimos 9 anos, isso se deve, sobretudo, a falta de estrutura das escolas, pouco investimento na formação continuada dos professores e ao impacto da aprovação automática durante a pandemia da Covid-19, cujo direito de aprender, o acesso das crianças, adolescentes e jovens, foi negado por conta da falta de acesso à internet, pelo

agravamento da situação de pobreza, aumento da miséria, dentre outros fatores se tornou uma realidade muito complexa para o povo mais vulnerável da região. (UNICEF, 2021).

A educação integral no contexto da educação paraense teve início com o Programa Mais Educação em 2009, e tal experiência possibilitou o avanço nas discussões e na elaboração que deram base para a criação do Projeto de Educação Integral da Seduc, que foi se desenhando a partir de 2012 e entre 2017 a 2018 foi implementado em 22 escolas de ensino público do estado.

No município de Santarém – PA, o Programa Ensino Médio Integral ocorreu com a adesão de duas escolas da rede estadual que ingressaram no programa em 2018. Foram realizados encontros formativos em conjunto com o Centro de Formação – Cefor/Seduc, cuja temática abordada foi *Competências e Habilidades das Áreas de Conhecimento a Partir da Matriz de Referência do Enem*, com uma proposta inovadora e diferenciada, enfatizando a oportunidade de melhorias para a escola como um todo.

A **Escola A** é a mais antiga escola em funcionamento na cidade de Santarém e está localizada na área central da cidade. Com um público de 68 alunos matriculados no ano de implantação (2018), na faixa etária de 14 a 17 anos, sendo formadas 2 turmas de 34 alunos e encerrando o ano letivo com 61 alunos, com desistência de 7 alunos e um quadro composto por 12 docentes, sendo que apenas 01 ministrava duas disciplinas.

Segundo relatos da equipe gestora e pedagógica da escola, o ano de implantação do programa (2018) vivenciou fatores que dificultaram a sua execução, pois não houve investimento na infraestrutura, a merenda foi precária, não chegou verba específica para o EMI (problemática da merenda foi fator determinante para dar a sequência na implementação do programa); não havia armários, somente um vestiário masculino e feminino para atender a todos os alunos e faltava equipamentos pedagógicos, o que gerou a insatisfação dos pais, e os alunos que cursaram o ensino médio integral não quiseram mais continuar, o que levou ao encerramento do convênio com a Seduc (Secretaria de Educação do estado).

A **Escola B** está situada na área de periferia, no qual a maioria da população do bairro é composta por jovens de poder aquisitivo baixo e com pouco acesso à políticas públicas. Para o funcionamento inicial das turmas recebeu recursos oriundos de

programas como PDDE³ e Fundo Rotativo Estadual, bem como recurso federal destinado à fomentação do ensino médio integral. O Projeto Político Pedagógico (PPP) relata que dentre os principais problemas enfrentados pela escola destacam-se: o alto índice de evasão, insuficiência de livros didáticos, falta de acompanhamento de alguns pais, merendeira no turno noturno, espaço físico construído para tender adequadamente as necessidades dos alunos do ensino médio integral e baixo rendimento nas avaliações externas. O Programa EMI funcionou na referida escola com 65 alunos no ano de 2018, sendo formada 01 turma com 30 alunos, destes 20 aprovados, 01 reprovado e 09 transferidos e 01 turma com 35 alunos, destes 26 aprovados, 07 transferidos e 02 desistentes, totalizando ao final do ano letivo 46 alunos aprovados. A **escola B** deu sequência nas atividades de implementação do Ensino Médio Integral (EMI), apesar dos desafios impostos pelo processo. Neste sentido, entendemos que o Estado é o principal responsável pela incompetência (em grande parte) das políticas para a escola pública, visto que criam as políticas públicas de educação, porém não se assume de fato todo o processo, se eximindo de seus compromissos com os serviços que deveriam ser prestados com qualidade, pois não basta ser público, tem que ser de qualidade. (PARO, 2016),

Conclusões

De acordo com as análises em decorrência da pesquisa, identificamos que os desafios trata-se, da necessidade de se implementar políticas públicas para a educação que sejam efetivas no sentido de materializar a proposta e possibilitar a plena permanência das ações de gestão, sobretudo, na fase da implementação.

Embora a Secretaria de Educação do Estado/Seduc-PA busque implementar as mudanças na política de educação integral em tempo integral no Pará, se não houver compromisso efetivo com o financiamento e acompanhamento do projeto, tanto por parte do governo quanto dos responsáveis nas escolas pelo programa, o processo de implantação do projeto pedagógico não atingirá seus objetivos ficando restrito ao cumprimento da carga horária. Os principais problemas do programa relacionam-se à falta de recursos financeiros, humanos, infraestrutura inexistente e à falta de compreensão do

³ **Programa Dinheiro Direto na Escola** – PDDE, criado no ano de 1995, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021.

real significado da proposta de educação integral em tempo integral.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 10 mai. 2017.

CASTRO, M.R.O. **Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua – Pará**. 223 f. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

COLARES, M.L.I.S.; GOMES, T.C. **A Política de Educação Integral em tempo integral: A perspectiva dos professores**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista –Bahia –Brasil, v. 15, n. 31, p. 313-332, jan./mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar/Ideb**, 2021. Brasília: MEC, 2021.

MINAYO, M. C.S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. **Circuito de debates para construção do Plano de Educação Integral da Educação Básica da Rede Estadual**. Belém, 2015b.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. obra revista e atualizada. Editora Cortez, Rio de Janeiro: 2016.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID -19 na Educação – 2021**. Dados publicados no site estratégia Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br) do Unicef e parceiros. Brasília (DF), 2021.